



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



Sofia Nogueira Ferreira

**MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO SULISTA PARA AS
MESORREGIÕES SELECIONADAS DO EXTREMO OESTE DA BAHIA,
SUL E OESTE DO MARANHÃO, SUDOESTE DO PIAUÍ E ORIENTAL
DO TOCANTINS E AS NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS**

**UNICAMP - CAMPINAS
Janeiro de 2015**

Sofia Nogueira Ferreira

**MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO SULISTA PARA AS
MESORREGIÕES SELECIONADAS DO EXTREMO OESTE DA BAHIA,
SUL E OESTE DO MARANHÃO, SUDOESTE DO PIAUÍ E ORIENTAL
DO TOCANTINS E AS NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Instituto de Geociências, Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Campinas como requisito para a Conclusão do Bacharelado em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves.

UNICAMP - CAMPINAS
Janeiro de 2015

Dedico este Trabalho a todos que contribuíram e me incentivaram ao longo de minha trajetória acadêmica, em especial os meus pais, Creuza e Antonio.

AGRADECIMENTOS

A meus pais, Creuza e Antonio, por seu amor, carinho e apoio incondicional ao longo destes anos.

Ao meu orientador Prof. Vicente, pelo apoio, incentivo e confiança, e pelo tempo dedicado às correções e orientações ao longo da elaboração deste trabalho.

A esta Universidade, seus docentes e todo o corpo administrativo que me deram a oportunidade de cursar e concluir minha formação acadêmica.

A minha família e amigos, por estarem sempre presentes e me darem força nos momentos mais difíceis.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

“O conhecimento une cada um consigo mesmo e todos com todos.”

José Saramago (2009)

RESUMO

O avanço da fronteira agrícola na região do oeste da Bahia, sul e oeste do Maranhão, sudoeste do Piauí e leste de Tocantins (BAMAPITO) tem promovido uma intensa migração de população de várias regiões do Brasil, especialmente da região Sul, atraídos pelos baixos preços das terras, pelas oportunidades de emprego em algumas atividades associadas ao agronegócio e pelo processo de concentração fundiária que se instalou na região Sul nos anos 1970, criando, a partir da inserção desse grupo regional nas principais atividades ligadas à produção agrícola moderna, especialmente da soja, novas dinâmicas territoriais. Essa corrente migratória, cujo auge se deu na década de 1990 para o Oeste da Bahia e que se expande hoje para os cerrados piauienses e maranhenses, como mostram os dados dessa pesquisa, é formada, na sua maioria, por trabalhadores ligados ao comércio e serviços associados à agricultura moderna, assim como por produtores e proprietários de terras que se instalam tanto na área urbana, quanto nas áreas rurais, próximas aos locais de produção agrícola. A partir disso, esse movimento trouxe um maior dinamismo econômico para a região, comandado pelo interesse do capital global e puxado pelo agronegócio, tendo os migrantes sulistas como principais difusores.

Palavras-chave: Migração; Modernização Agrícola; Fronteira Agrícola.

ABSTRACT

The advance of the agricultural frontier in western Bahia, south and west of Maranhão, Piauí southwestern and east of Tocantins (BAMAPITO) has promoted an intense population migration from various regions of Brazil, especially the South, attracted by low land prices, employment opportunities in some activities related to agribusiness and the concentration of agricultural land ownership that has taken place in the South in the 1970s, creating, from this regional group insertion, in the main activities related to modern agricultural production, especially soybean, new territorial dynamics. This migratory movement, peaked in the 1990s from the Western Bahia and expanding today to Piauí and Maranhão, formed mostly by workers linked to commerce and services associated with modern agriculture, as well as producers and landowners who settle in urban and rural areas located near the agricultural production sites. This movement brought a greater economic dynamism to the region, led by the global capital interest and driven by agribusiness, whose Southern migrants are the largest diffusers.

Keywords: Migration; Agricultural Modernization; Agricultural Frontier.

SUMÁRIO

1. OBJETIVOS	11
1.1 Objetivos Gerais.....	11
1.2 Objetivos Específicos.....	11
2. METODOLOGIA	11
3. INTRODUÇÃO	12
4. O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGROINDUSTRIAL DA REGIÃO DO BAMAPITO	16
5. O PROCESSO DE MIGRAÇÃO DE POPULAÇÃO SULISTA PARA OS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL	21
6. AS IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DE MIGRAÇÃO SOBRE O ESPAÇO URBANO E RURAL DA REGIÃO DO BAMAPITO	30
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

ÍNDICE DE MAPAS

- **Mapa 1:** Localização das mesorregiões selecionadas nos cerrados do Centro-Norte do Brasil _____ **15**
- **Mapa 2:** Evolução da população total de migrantes sulistas residentes nas mesorregiões selecionadas (2000-2010) _____ **25**
- **Mapa 3:** Participação e evolução dos setores econômicos (IBGE-Setor) nas mesorregiões selecionadas (2003-2013) _____ **32**

ÍNDICE DE FIGURAS

- **Figura 1:** Brasil – Migrações Internas (1990) _____ **21**

ÍNDICE DE TABELAS

- **Tabela 1:** Área (ha) dos Estabelecimentos Agropecuários por Mesorregião – 2006 _____ **18**
- **Tabela 2:** População residente (%), por naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação (2000) _____ **23**
- **Tabela 3:** População residente (%), por naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação (2010) _____ **23**
- **Tabela 4:** População Residente por local de nascimento (2000/2010) - Municípios do Oeste da Bahia _____ **27**
- **Tabela 5:** População Residente por local de nascimento (2000/2010) - Municípios Sul e Oeste do Maranhão _____ **27**
- **Tabela 6:** População Residente por local de nascimento (2000/2010) - Municípios do Sudoeste Piauiense _____ **28**
- **Tabela 7:** População Residente por local de nascimento (2000/2010) - Municípios do Leste de Tocantins _____ **28**
- **Tabela 8:** Evolução de do número de empregados (2003-2013) – Trabalhadores Agrícolas _____ **34**
- **Tabela 9:** Evolução de do número de empregados (2003-2013) – Professores do Ensino Superior _____ **35**
- **Tabela 10:** Evolução de do número de empregados (2003-2013) – Trabalhadores da Mecanização Agrícola _____ **35**
- **Tabela 11:** Evolução de do número de empregados (2003-2013) – Profissionais da Saúde _____ **36**

SIGLAS

BAMAPITO: Bahia-Maranhão-PiauÍ-Tocantins

CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SEI: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas

1. OBJETIVOS

1.1 Objetivos Gerais

O trabalho tem como objetivo analisar o fluxo migratório de sulistas e as principais transformações sócio-espaciais e demográficas ocorridas no oeste da Bahia, sul e oeste do Maranhão, sudoeste do Piauí e leste de Tocantins, originadas pelo processo de expansão da agricultura moderna em curso na região, mostrando, a partir do recorte das mesorregiões selecionadas, como isso tem afetado a dinâmica regional.

1.2 Objetivos Específicos

- Analisar os principais desdobramentos da expansão da agricultura moderna nos cerrados do oeste da Bahia, sul e oeste do Maranhão, sudoeste do Piauí e leste de Tocantins, e como isso, ao longo das últimas décadas, tem provocado importantes transformações na produção do espaço rural e urbano da região;
- Estudar as características do fluxo migratório de população do Sul do Brasil em direção a região de estudo, especialmente a partir da análise das informações obtidas nos censos (IBGE) sobre a presença de população do Sul do Brasil nos municípios das regiões mencionadas;
- Identificar as atividades econômicas que mais os migrantes sulistas se dedicam na região em estudo e do por que isso ocorre;

2. METODOLOGIA

A metodologia do trabalho se concentra na utilização de uma revisão bibliográfica pesquisada na biblioteca do Instituto de Geociências da Unicamp e em sites da internet através de livros, teses e artigos sobre o tema em questão, procurando, dessa forma, garantir um maior embasamento teórico para a pesquisa. Além disso, a pesquisa se apoiou também em dados obtidos nos institutos de pesquisa socioeconômicos, como o IBGE, Ministério do Trabalho e em órgãos públicos dos estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins a fim de mostrar o avanço da dinâmica demográfica na região.

3. INTRODUÇÃO

A discussão sobre o conceito de fronteira é bem ampla e depende, dentre outras coisas, de qual vertente que trata a questão. Segundo Becker (1988), tomando tanto a concepção dos economistas, expressa na tese da funcionalidade da fronteira, quanto a concepção dos sociólogos e antropólogos, a fronteira é entendida como o *locus* da reprodução camponesa, seja por sua submissão ao capital ou por uma lógica camponesa anticapitalista.

Da mesma forma, a fronteira pode ser caracterizada como o espaço onde o processo de ocupação é instaurado por novas relações sociais ou pela redefinição de antigas. Assim, ela pressupõe, fundamentalmente, uma estrutura social dinâmica e associada a movimentos de ocupação e reocupação de terras, seja numa área de maior controle do Estado Nacional em função do estabelecimento de divisas com os territórios de outros estados nacionais, seja numa área onde há avanço de uma outra atividade econômica que impõe uma nova lógica ao lugar diferentemente do que havia antes. No nosso caso, trataremos especialmente da ideia de fronteira agrícola, para designar aquele espaço de avanço da agricultura moderna onde havia antes amplos espaços de cobertura vegetal, a presença de atividades econômicas associadas a pecuária extensiva e agricultura de autoconsumo, bem como distintas comunidades humanas agroextrativistas.

Desse modo, a fronteira agrícola se configura por uma frente de expansão seguida por uma frente pioneira, sendo ambas originadas do processo de expansão capitalista no campo. A “frente de expansão” é a aquela realizada pelos camponeses e posseiros, onde a terra livre é ocupada pelo trabalho familiar a fim de promover a subsistência; enquanto que a “frente pioneira” é a introdução da lógica capitalista do acesso a terra que se revela na expropriação do campesinato, gerando, com isso, inúmeros conflitos. (BECKER, 1988).

Nesse sentido, pode-se dizer que o processo de migração que se instalou na fronteira agrícola do centro-norte brasileiro a partir da segunda metade do século XX, caracterizou-se pelo avanço de uma frente pioneira, formada por grupos de populações específicas, que se instalaram nessa região e trouxeram consigo todo um conjunto de sistemas técnicos que levaram a uma profunda e inédita transformação no campo brasileiro, cujos desdobramentos serão investigados mais adiante.

Seguindo essa análise, observa-se que a questão migratória brasileira do século XX é ilustrativa de como o capital lança suas estratégias para colocar em movimento grupos sociais determinados. Apesar de sua complexidade e das diversas trajetórias envolvendo um volume considerável de pessoas de todos os Estados, dois grupos regionais ganham importância nos movimentos migratórios da população brasileira, constituindo-se em duas correntes com grande destaque no cenário nacional, quais sejam: a nordestina e a sulista (ALVES, 2005).

Enquanto a primeira corrente, a partir da década de 1930, direcionou-se com destino ao centro-sul do país (especialmente o Sudeste), a segunda tomou o sentido inverso, ou seja, seguiu para o “norte”, apresentando, por sua vez, um perfil mais rural, todavia com implicações diretas no urbano (ALVES, 2005).

Observa-se, então, que a segunda metade do século XX foi marcada por migrações internas que levaram a uma reorganização da população no território nacional, cujas vertentes da industrialização e das fronteiras agrícolas se caracterizaram como os eixos da dinâmica da distribuição espacial da população no âmbito interestadual, ainda que a primeira vertente apresentasse os fluxos mais volumosos (BAENINGER, 2011).

É nesta segunda vertente, portanto, que se constitui a base investigativa desse trabalho, tendo em vista sua atuação, ao longo das últimas décadas, como uma das principais potencializadoras das grandes transformações no campo brasileiro.

Segundo Martine (1995), a partir de 1965 tem-se uma intensificação do processo de urbanização e da ocupação das novas fronteiras interiores a partir das estratégias do Regime Militar (1964-1985) de favorecimento da modernização dos setores produtivos, investindo fortemente na melhoria de infraestrutura e criando, com isso, uma dinamização econômica que provocou a aceleração do movimento migratório de produtores e trabalhadores do setor agrícola.

Dessa forma, o modelo de modernização agrícola promovido pelo Estado, além de produzir maior concentração da propriedade da terra, garantiu subsídios que incentivaram a mecanização e, conseqüentemente, a diminuição da necessidade de mão-de-obra, gerando, a partir disso, a expulsão de pequenos produtores agrícolas do campo.

Nas décadas de 1970 e 1980 assiste-se, portanto, uma intensa migração resultante desse processo de expulsão de pequenos agricultores do campo, que, por

sua vez, gerará uma grande transformação na dinâmica demográfica brasileira e do padrão de urbanização do país.

A região Sul do Brasil que até a década de 1960 se configurava como uma das principais fronteiras agrícolas do país, formada por contingentes de população descendentes de imigrantes europeus deslocados para o Brasil, especialmente a partir do século XIX, passa, na década de 1970, a tornar-se a principal região fornecedora de mão-de-obra para a formação da fronteira agrícola da região centro-norte do Brasil, corrente migratória que se direciona para as áreas de terras planas, de vegetação de cerrado e de floresta equatorial na hinterlândia brasileira. Esses migrantes serão os principais indutores da modernização agrícola dos estados das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil (ALVES, 2005).

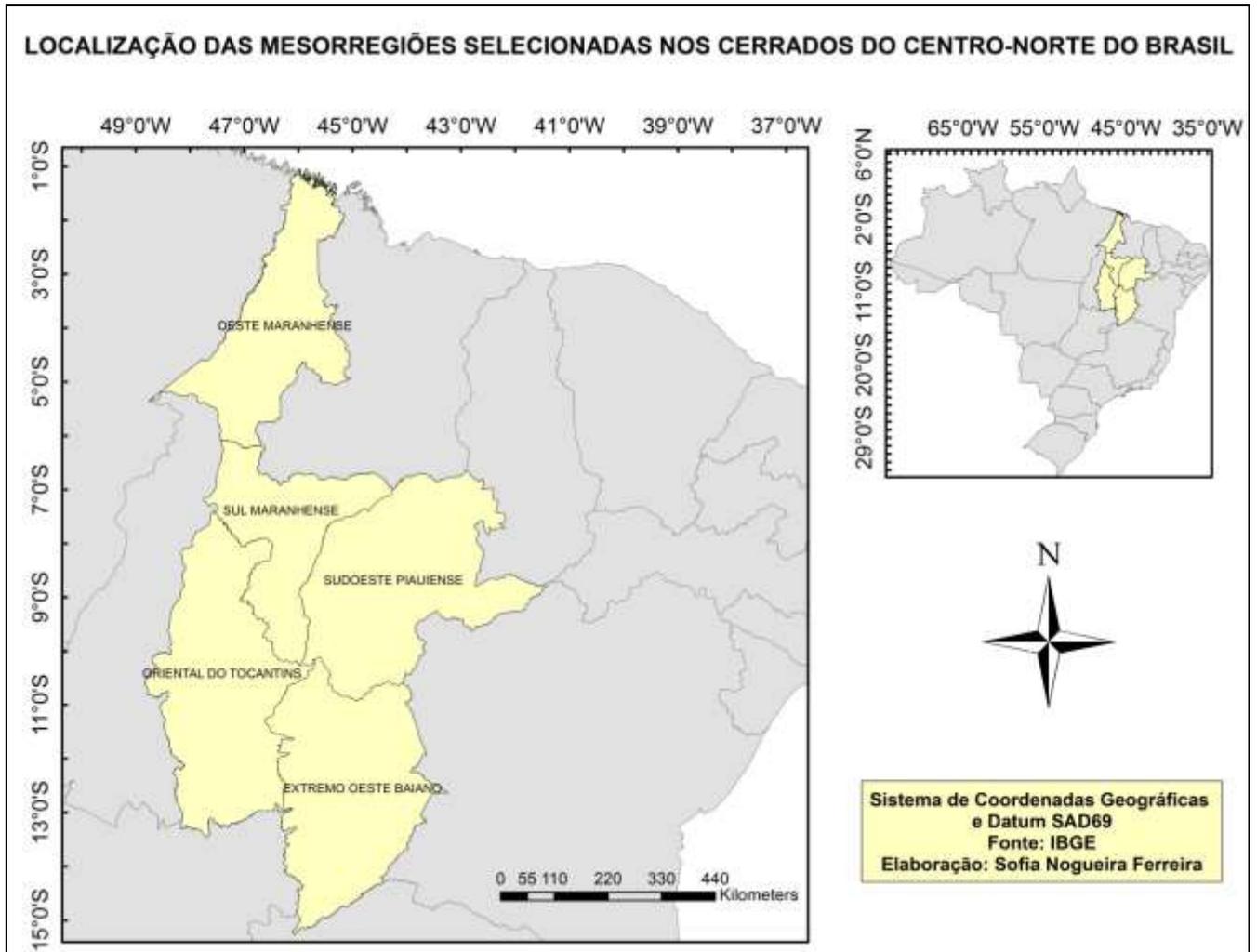
Esse processo migratório de sulistas fica evidente quando se analisa, por exemplo, o município de Barreiras, no oeste da Bahia, onde instalou uma importante leva de população migrante do Sul do Brasil. Este município recebeu, entre 1981 e 1991, um contingente de 3.761 sulistas, enquanto que o fluxo de migrantes que saíram de Barreiras com destino à região Sul, no mesmo período, foi de apenas 765 pessoas, segundo dados do censo de 1991 do IBGE (MATOS, 2003).

Um importante exemplo desse processo é o estado do Paraná, que vem experimentando, desde a década de 1980, um intenso fluxo emigratório da população rural devido ao impacto que o padrão de modernização agrícola adotado pelo país na década de 1970 teve em seu território, onde predominava a pequena e média produção (MARTINE, 1995).

A fronteira agrícola amazônica e, mais recentemente, a nova fronteira agrícola instalada nos cerrados nordestinos, serviram, portanto, como agregadoras desse contingente de sulistas, principalmente paranaenses e gaúchos, os quais, segundo Alves (2009), são compostos, majoritariamente, por produtores agrícolas ou por pessoas que se dedicam a atividades de comércio e serviços associados à agricultura moderna.

Este é o contexto com o qual a pesquisa pretende-se valer, ou seja, buscar-se-á identificar os principais desdobramentos da instalação dessa população nas mesorregiões em destaque (MAPA 1), mostrando como isso tem afetado à dinâmica socioespacial e demográfica da região que vem sendo denominada de BAMAPITO (BERNARDES & BRANDÃO FILHO, 2009).

- **Mapa 1:**



Fonte: Elaboração Própria

4. O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGROINDUSTRIAL DA REGIÃO DO BAMAPITO

O desenvolvimento econômico da região BAMAPITO está associado, principalmente, à rápida expansão da soja, que teve sua implantação comandada por agricultores oriundos do Sul do país, a partir dos processos de modernização implementados na década de 1970 e 1980, durante o governo militar, garantindo os subsídios necessários que viabilizaram o plantio do produto na região dos cerrados nordestinos (ARAÚJO, 1995).

Segundo Elias (2006), a partir desse momento, os cerrados nordestinos e de Tocantins, que antes compunham o chamado “exército de lugares de reserva” (SANTOS, 1993), passam a se tornar atrativos para o agronegócio globalizado e são incorporados aos circuitos produtivos de empresas nacionais e multinacionais que dominam o setor.

Dessa forma, o mercado da soja na fronteira agrícola dos cerrados baianos, que depois se expandiu para o leste de Tocantins¹ e que hoje se expande para o sul e oeste do Maranhão e sudoeste do Piauí se constituiu por uma produção comandada por capitais majoritariamente não nordestinos, estabelecendo, com isso, importantes articulações extra-regionais, inclusive com o mercado internacional, para o qual se destina a maior parte da sua produção, predominantemente de grãos (ELIAS, 2006).

Essa lógica produtiva que se instalou na região, possui configurações muito específicas que mantém laços muito mais estreitos com as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil do que com o restante do Nordeste, o que se mostra ainda mais claro quando se observa a configuração da malha rodoviária que interliga os cerrados nordestinos e de Tocantins a essas duas macrorregiões, demonstrando que “suas ligações econômicas e suas semelhanças geossocioeconômicas com o resto do Nordeste são muito tênues.” (ARAÚJO, 1995, p. 143).

De acordo com Haesbaert (1996), esse “Novo” Nordeste, como vem sendo chamado os cerrados dominados pela agricultura moderna da soja no oeste da Bahia e sul do Maranhão e sudoeste do Piauí, se coloca na realidade muito mais

¹ Embora o estado de Tocantins pertença à região Norte Brasileira, a parte leste do estado recebe influência do oeste da Bahia e sul do Maranhão.

como um apêndice ou extensão econômica, para não dizer também cultural e geográfica do Centro-Sul, do que efetivamente uma reestruturação do espaço nordestino, se dividindo economicamente entre abastecer o mercado regional e estrutura-se em função do mercado externo e dos interesses do Centro-Sul.

Por outro lado, uma particularidade observada na região do BAMAPITO, e que distingue da expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste, especialmente no Mato Grosso, é o fato de que nestes locais, os modernos sistemas técnicos não foram suficientes para eliminar completamente as estruturas tradicionais antecedentes, passando assim a conviver com a produção científicizada instalada nestes territórios, gerando, com isso, inúmeros conflitos. Tal fato pode ser entendido pelo que Santos (1996), chamou de rugosidade, ou seja, é aquilo “que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares.” (SANTOS, 1996 apud BERNARDES, 2009, p.15).

Nesse sentido, um dos aspectos tradicionais que permaneceu dominante nas novas fronteiras agrícolas é a disposição para a concentração da terra, como se constata na tabela abaixo (Tabela 1).

Tabela 1 - Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total			
Mesorregião Geográfica	Grupos de área total	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Oriental do Tocantins - TO	Menor de 100 ha	11.183	390.783
	De 100 a menos de 200 ha	2650	382831
	De 200 a menos de 500 ha	2.378	757.577
	De 500 a menos de 1000 ha	1.014	721.635
	De 1000 a menos de 2500 ha	716	1.086.492
	De 2500 ha e mais	325	1.670.112
Oeste Maranhense - MA	Menor de 100 ha	33.996	957.602
	De 100 a menos de 200 ha	3.401	446.505
	De 200 a menos de 500 ha	2.079	617.274
	De 500 a menos de 1000 ha	688	470.491
	De 1000 a menos de 2500 ha	378	563.616
	De 2500 ha e mais	202	979.660
Sul Maranhense - MA	Menor de 100 ha	9.773	313.967
	De 100 a menos de 200 ha	1.989	263.854
	De 200 a menos de 500 ha	1.574	463.916
	De 500 a menos de 1000 ha	534	362.022
	De 1000 a menos de 2500 ha	318	454.903
	De 2500 ha e mais	131	963.761
Sudoeste Piauiense - PI	Menor de 100 ha	41.690	812.293
	De 100 a menos de 200 ha	2.868	366.155
	De 200 a menos de 500 ha	1.703	497.228
	De 500 a menos de 1000 ha	571	374.741
	De 1000 a menos de 2500 ha	336	498.160
	De 2500 ha e mais	202	1.546.901
Extremo Oeste Baiano - BA	Menor de 100 ha	37.747	761.983
	De 100 a menos de 200 ha	1900	245.669
	De 200 a menos de 500 ha	1.297	378.962
	De 500 a menos de 1000 ha	684	460.913
	De 1000 a menos de 2500 ha	605	908.077
	De 2500 ha e mais	514	3.717.381

Fonte: Censo Agropecuário (2006), IBGE – Elaboração Própria.

A partir dos dados apresentados na tabela acima, verifica-se, por meio das informações sobre a área dos estabelecimentos agropecuários que, em todas as mesorregiões, os estratos superiores a 1000ha e 2500ha se sobressaem em comparação aos demais, indicando, para a grande concentração fundiária presente na região. Da mesma forma, os dados sobre o número de estabelecimentos agropecuários sinalizam para a existência do mesmo fenômeno, ou seja, há muita terra sendo ocupada por poucas unidades e pouca terra sendo ocupada por muitas unidades (especialmente de famílias de pequenos produtores), indicando, mais uma vez, para essa acumulação desigual no campo.

Dessa forma, segundo Oliveira (1996), verifica-se que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, inclusive aquele que avança para as terras dos cerrados nordestinos e de Tocantins, está marcado, de forma contraditória, por um processo desigual que, ao mesmo tempo em que amplia o trabalho assalariado, aumenta também o domínio do trabalho familiar camponês, sendo marcado por duas formas de produzir no campo, o familiar nas pequenas unidades, e o assalariado nas médias e grandes propriedades capitalistas.

Outro fator que acompanhou o avanço do fronteira agrícola nos cerrados nordestinos e de Tocantins foi o incremento de novas tecnologias no campo. Assim, ao se considerar o espaço geográfico, a partir da análise de Santos (1999), como aquele que compreende a relação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, observamos que também na atividade agrícola a incorporação de novos objetos e sistemas técnicos tem sido adotada como motor na procura pelo aumento do lucro (Arruzzo, 2009).

Nesse sentido, segundo Arruzzo (2009), a modernização da agricultura acontece a partir do momento em que esta atividade deixa de se basear apenas na expansão das áreas cultivadas e passa a utilizar novas estratégias, como, por exemplo, a transformação da base técnica a fim de levar a uma verdadeira industrialização da agricultura.

Dentro desse processo, aparecem consequências, especialmente com relação ao universo do trabalho, dentre as quais se destacam: a proletarianização do trabalho rural como resultado da expropriação; o avanço do desemprego levando ao aumento do número de trabalhadores temporários com consequente precarização do trabalho; e a expansão da exploração e instabilidade do trabalho rural (Arruzzo, 2009).

Além disso, a modernização da agricultura acaba exigindo maior qualificação do trabalhador devido à complexidade apresentada pela incorporação de novos sistemas técnicos, se colocando, portanto, como mais um fator de atração de população e trabalhadores rurais de outras localidades para essa região, processo que será analisado com mais profundidade no capítulo seguinte.

5. O PROCESSO DE MIGRAÇÃO DE POPULAÇÃO SULISTA PARA OS CERRADOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL

É dentro deste contexto de expansão do agronegócio que os cerrados nordestinos e de Tocantins deixam então de ser apenas expulsões de emigrantes, motivados pelas condições socioeconômicas, para, a partir dos anos de 1970, se colocarem também como um importante centro de atração de migrantes, principalmente pequenos e médios produtores do Sul do Brasil que sofreram com o processo de concentração fundiária ocorrida naquela região, o que resultou na expulsão dessa população do campo.

Figura 1: Brasil – Migrações Internas (1990)



Fonte: Extraído de OLIVEIRA, A. U. 1996. In: ROSS, J. L. S. (Org.) Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 2011. 6 ed. p. 521. – Editado pela autora da monografia.

A figura acima elucidada para os fluxos migratórios mais expressivos no território brasileiro na década de 1990, dentre os quais se destaca o deslocamento de sulistas para a região Centro-Norte do país, que inclui os estados das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, inclusive a região do BAMAPITO, cujos fluxos estão realçados pelo círculo vermelho na imagem.

Entretanto, vale ressaltar que as características do sistema de produção das novas fronteiras agrícolas do centro-norte do Brasil se diferenciam em muito daquelas existentes no Sul do país. Como já mostrado anteriormente, a média e grande propriedade são predominantes na região de fronteira agrícola, enquanto que no Sul prevalecia a pequena propriedade. Essa diferença se deve pela discrepância existente entre o preço das terras, muito mais baratas na região da fronteira agrícola, o que possibilitava aos sulistas a compra de mais de 40 ha de terras com a venda de apenas 1 ha no Sul (Giordano, 1999).

A maior parte dos migrantes que chegam a região da fronteira agrícola, sejam proprietários de terras oriundos da região Sul ou pequenos produtores procedentes das zonas rurais mais próximas, instalam-se nos centros urbanos promovendo um acelerado crescimento da urbanização nas cidades locais.

O município de Barreiras, por exemplo, foi o terceiro município da Bahia que mais atraiu migrantes de outros estados entre os anos de 1995 e 2000, segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI (2004). Tal fenômeno também é observado em alguns outros municípios que fazem parte da região do BAMAPITO, conforme se observa nas tabelas abaixo:

Tabela 2 – População residente (em %), por naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação, não natural da Unidade da Federação para o ano de 2000:

Unidade Federativa	% População residente, não naturais da Unidade da Federação (2000)	Município	% População residente, não naturais da Unidade da Federação (2000)
Bahia	5,7%	Barreiras	19,8%
		Luís Eduardo Magalhães	-
		Correntina	7,7%
		Formosa do Rio Preto	11,6%
		São Desiderio	7,3%
Maranhão	8,7%	Balsas	14,4%
		São Raimundo das Mangabeiras	10,3%
		Imperatriz	11,3%
Piauí	8,2%	Bom Jesus	8,4%
		Uruçuí	9,3%
Tocantins	32,4%	Dianópolis	13,5%
		Pedro Afonso	18,6%

Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2000) – Elaboração Própria

Tabela 3 – População residente (em %), por naturalidade em relação ao município e à Unidade da Federação, não natural da Unidade da Federação para o ano de 2010:

Unidade Federativa	% População residente, não naturais da Unidade da Federação (2010)	Município	% População residente, não natural da Unidade da Federação (2010)
Bahia	6,4%	Barreiras	15,3%
		Luís Eduardo Magalhães	31,8%
		Correntina	8,1%
		Formosa do Rio Preto	13,6%
		São Desiderio	10,4%
Maranhão	7,7%	Balsas	15,3%
		São Raimundo das Mangabeiras	7,6%
		Imperatriz	17,4%
Piauí	8,6%	Bom Jesus	13,5%
		Uruçuí	13,6%
Tocantins	31,5%	Dianópolis	17,4%
		Pedro Afonso	20,5%

Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2010) – Elaboração Própria.

Observa-se, portanto, que a porcentagem da população residente, não natural da Unidade da Federação em 2010, para a maioria dos municípios mencionados acima, supera a de seus estados, exceto para os municípios de Tocantins.

Contrastando esses dados com o censo anterior (2000) nota-se que em todos os municípios, exceto Barreiras/BA e São Raimundo das Mangabeiras/MA, houve um aumento no número de residentes não naturais da Unidade da Federação, sendo um indicativo da evolução, na última década, do fluxo migratório com destino a essa região do BAMAPITO, superando ainda a porcentagem dos seus respectivos estados, com exceção, mais uma vez, dos municípios de Tocantins.

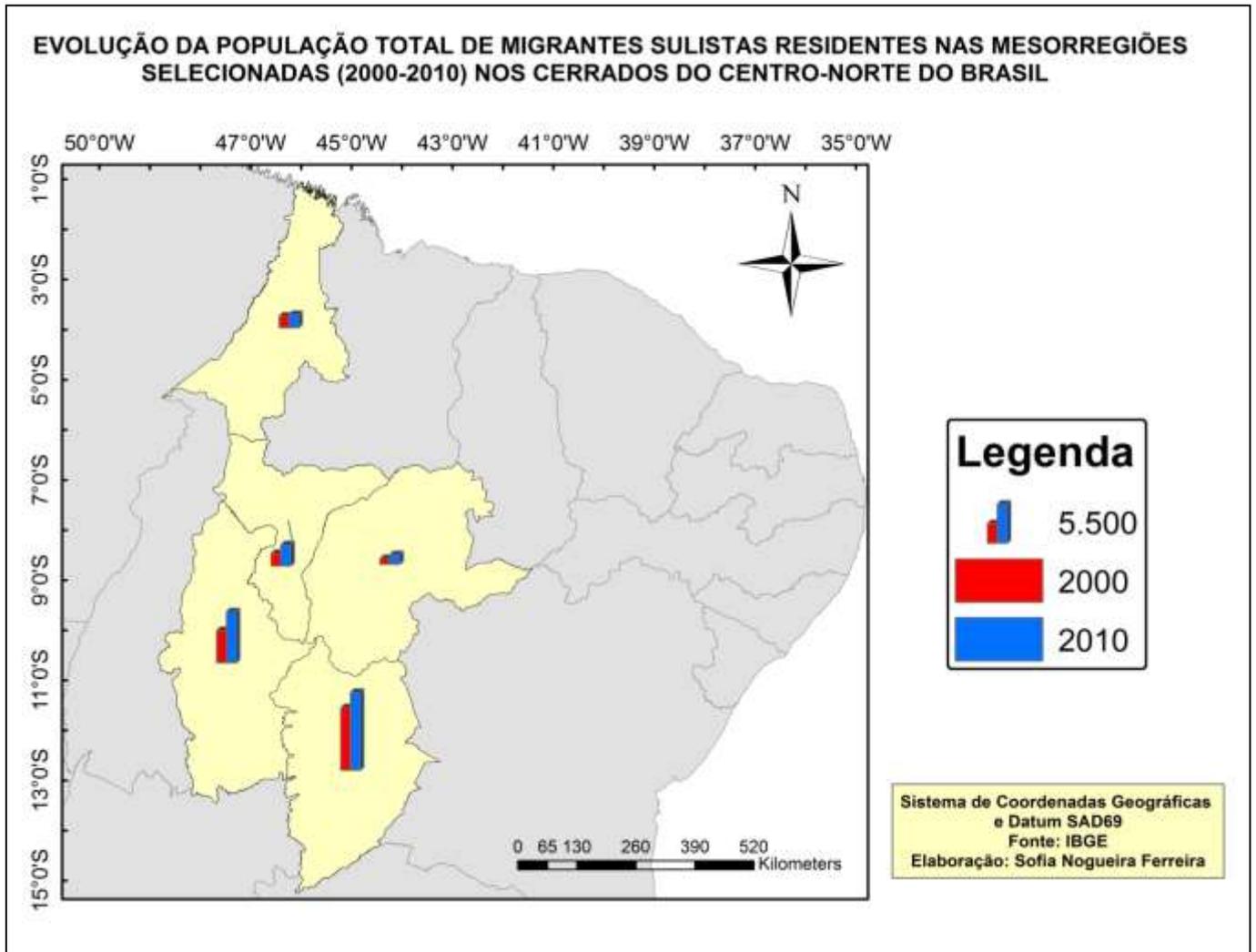
O caso de Tocantins deve ser analisado com cuidado, tendo em vista a formação recente deste estado. Ao longo dos anos, Tocantins esteve sob a influência de diversas regiões, especialmente do Norte (a qual pertence atualmente), Centro-Oeste e Nordeste, das quais o estado recebeu um grande contingente de população. Dessa forma, suas diferenciações internas no que diz respeito à sua formação demográfica são muito grandes e se alteram para cada mesorregião. Portanto, é de se esperar que a porcentagem de população residente não natural da Unidade da Federação seja grande no estado em comparação aos demais e, inclusive, em comparação a alguns de seus municípios.

A corrente migratória oriunda do Sul do Brasil em direção a nova fronteira agrícola em formação nos estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins tem seu auge durante a década de 1990, sendo composta em sua maioria por produtores agrícolas e pessoas ligadas ao comércio e serviços associados à agricultura moderna. Como mencionado anteriormente, grande parte desses produtores passam a ser, ao migrarem, proprietários de terras e se instalam nos centros urbanos dos municípios, mas também muitos deles se dirigem para as áreas rurais, onde se estabelecem próximo aos locais de produção agrícola. Em muitos casos, inclusive, constituindo novos núcleos urbanos (ALVES, 2009).

Destaca-se, a partir desse processo, o caso do município de Luís Eduardo Magalhães, no oeste da Bahia, o qual se diferencia dos demais por ter sua origem associada diretamente ao agronegócio. Pertencente ao município de Barreiras até o ano de 2000, Luís Eduardo Magalhães teve seu desmembramento comandado diretamente pelos migrantes sulistas (principalmente gaúchos), associados ao sistema agroindustrial da soja que, segundo Elias (2006), buscavam consolidar seu próprio território, independente de outras forças conservadoras locais, se

configurando, portanto, como um dos últimos municípios criados a partir das novas formas de uso do território brasileiro com intensa ligação com a expansão da agricultura científica globalizada, cuja economia sustenta o agronegócio.

MAPA 2:



Fonte: Dados obtidos no Censo Demográfico do IBGE (2010) – Elaboração Própria

A partir do mapa acima, pode-se observar a evolução da chegada da população de migrantes oriundos do sul do Brasil, por mesorregião. Sendo assim, ao se comparar os anos de 2000 e 2010, nota-se uma pequena evolução desse processo, mais significativo em certas regiões do que em outras.

O extremo oeste da Bahia e o leste de Tocantins se destacam por apresentarem os maiores números totais e os maiores incrementos de população do Sul do Brasil entre os anos analisados, seguidos pelo sul e em seguida o oeste do Maranhão e, por fim, o sudoeste do Piauí.

Estes dados sinalizam para um processo importante que ocorre na região. O fato dos cerrados maranhenses e piauienses apresentarem pequena variação da população total de sulistas, não significa que a atração de migrantes para estas localidades seja menos intensa que nas demais. Ao contrário, como será apresentado mais a diante, estas duas regiões são hoje tão ou mais dinâmicas que Bahia e Tocantins no que concerne ao avanço da fronteira agrícola e a atração de população interessadas na compra de terra ou em busca de posto de trabalho. Porém, o processo de migração instaurado nestas localidades possui participação muito mais significativa do deslocamento intra-regional do que o ocorrido nos cerrados baianos e em Tocantins. Ou seja, a consolidação do agronegócio nestes dois estados, nas décadas de 1990 e 2000, promoveu uma estabilidade do processo migratório inter-regional, gerando, em decorrência disso, um rearranjo na mobilidade espacial da população, voltando-se para a formação de uma dinâmica interna na qual o deslocamento se dá no sentido de avançar sobre as terras ainda em valorização do Maranhão e Piauí.

As tabelas a seguir mostram o contingente de população residente nos municípios selecionados por local de nascimento para os anos de 2000 e 2010, com destaque, mais uma vez, para a região Sul do Brasil:

Tabela 4 - População Residente por local de nascimento (2000/2010) - Municípios do Oeste da Bahia

	Barreiras (2000)	Barreiras (2010)	Luís Eduardo Magalhães (2000) ²	Luís Eduardo Magalhães (2010)	Correntina (2000)	Correntina (2010)	Formosa do Rio Preto (2000)	Formosa do Rio Preto (2010)	São Desiderio (2000)	São Desiderio (2010)
Região Norte	658	466	-	1.231	81	28	263	263	47	118
Região Nordeste	117.247	125.435	-	46.405	28.759	29.133	17.322	21.074	17.949	25.416
Região Sudeste	2.703	3.307	-	2.468	187	269	93	98	59	380
Região Sul	6.613	2.823	-	6.310	560	288	418	449	698	712
Região Centro-Oeste	4.468	4.412	-	2.685	989	1.404	313	546	239	889
Brasil - sem especificação	28	897	-	941	-	128	-	61	3	121
País Estrangeiro	132	88	-	65	7	-	25	35	10	24

Fonte: IBGE/SIDRA - Elaboração própria

Tabela 5 - População Residente por local de nascimento (2000/2010) - Municípios do Sul e Oeste Maranhense

	Balsas (2000)	Balsas (2010)	São Raimundo das Mangabeiras (2000)	São Raimundo das Mangabeiras (2010)	Imperatriz (2000)	Imperatriz (2010)
Região Norte	1.359	2.368	104	167	11.700	12.390
Região Nordeste	56.628	76.128	14.575	16.925	209.917	224.779
Região Sudeste	357	979	90	62	3.896	4.278
Região Sul	1.267	2.231	8	86	679	836
Região Centro-Oeste	524	1.333	93	186	4.224	4.086
Brasil - sem especificação	-	450	-	44	21	993
País Estrangeiro	27	38	-	4	129	144

Fonte: IBGE/SIDRA - Elaboração própria.

² O Município de Luís Eduardo Magalhães foi emancipado do Município de Barreiras no ano de 2000, por isso não apresenta dados referentes ao censo realizado pelo IBGE para esse período.

Tabela 6 - População Residente por local de nascimento (2000/2010) - Municípios do Sudoeste Piauiense				
	Bom Jesus (2000)	Bom Jesus (2010)	Uruçuí (2000)	Uruçuí (2010)
Região Norte	44	46	102	234
Região Nordeste	15.284	20.877	16.565	19.087
Região Sudeste	119	347	36	170
Região Sul	161	455	199	338
Região Centro-Oeste	249	846	108	259
Brasil - sem especificação	-	39	-	61
País Estrangeiro	67	20	-	-

Fonte: IBGE/SIDRA - Elaboração própria

Tabela 7 - População Residente por local de nascimento (2000/2010) - Municípios do Leste do Tocantins				
	Dianópolis (2000)	Dianópolis (2010)	Pedro Afonso (2000)	Pedro Afonso (2010)
Região Norte	13.366	15.836	7.472	9.334
Região Nordeste	1.202	1.769	870	1.227
Região Sudeste	144	319	209	245
Região Sul	260	218	106	228
Região Centro-Oeste	456	952	361	447
Brasil - sem especificação	-	5	-	58
País Estrangeiro	-	13	10	-

Fonte: IBGE/SIDRA - Elaboração própria

Por meio destas tabelas, pode-se observar uma importante participação dos sulistas na composição da população de grande parte dos municípios das mesorregiões apresentadas nos mapas (1 e 2), com destaque para os municípios de Balsas/MA, Luís Eduardo Magalhães/BA e Barreiras/BA. É importante também destacar neste caso a participação da região Centro-Oeste, tendo em vista sua importância como principal eixo agrícola do país e grande indutor da modernização do espaço agrícola da região do BAMAPITO, através, inclusive, da participação dos descendentes de produtores sulistas que migraram para os estados dessa região na década de 1960 (especialmente) e que hoje contribuem para o avanço da fronteira agrícola para os estados vizinhos.

Nota-se ainda que os municípios dos estados de Maranhão e Piauí apresentaram um aumento na atração de migrantes sulistas na última década, situação inversa do que ocorreu na maior parte dos municípios do Oeste da Bahia e Leste do Tocantins, onde se observa uma estabilização e até diminuição desse fluxo migratório. Isso pode ser explicado, como foi mencionado previamente, pelo fato dessas áreas ainda estarem em pleno desenvolvimento das atividades ligadas à agricultura moderna, já que o avanço da fronteira agrícola para a região não é homogênea.

Além disso, esse fato explica ainda o porquê da chegada de um número menor de migrantes nos municípios destes dois estados se comparado ao número que os municípios do oeste da Bahia apresentavam no ano 2000, tendo em vista que nesse período essa região vivia o auge do avanço da fronteira agrícola e instalação do agronegócio sobre suas terras, atraindo um contingente muito maior de migrantes do que ocorre com os cerrados maranhenses e piauienses nos dias de hoje.

6. AS IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DE MIGRAÇÃO SOBRE O ESPAÇO URBANO E RURAL DA REGIÃO DO BAMAPITO

Nesse processo, não só o campo, como também o espaço urbano vem passando por inúmeras transformações, submetendo-se a atividade agrícola, a qual passa a organizar toda a vida econômica e social a partir de suas demandas e necessidades.

Dessa forma, essas áreas de fronteira como as dos cerrados nordestinos que até a década de 1970 apresentavam pouco dinamismo econômico passam, a partir disso, a se transformarem em grandes centros prestadores de serviços e comércio voltados para o agronegócio, atraindo um grande contingente de migrantes especializados no setor agrícola.

Esse é o processo que vem sendo amplamente observado nos cerrados piauienses e maranhenses, por exemplo, onde o avanço da fronteira agrícola ainda não se encontra completamente consolidado e as transformações socioeconômicas ainda são recentes, como foi discutido na análise das tabelas anteriores.

O avanço da fronteira agrícola, a instalação de uma nova dinâmica produtiva e a presença de um contingente de migrantes de outras regiões tem provocado importantes impactos sociais, econômicos e ambientais sobre a região.

Um dos impactos mais visíveis é a expulsão da população rural, composta de pequenos produtores, para as sedes dos municípios, sendo este resultado do aumento da concentração fundiária, o que vem contribuindo para o aumento do processo de urbanização e crescimento das cidades médias na região, o qual sofreu uma aceleração significativa durante as décadas de 1990 e 2000, segundo dados do IBGE.

Segundo Santos (1993), nessa atual situação socioeconômica, estas áreas devem se adaptar às demandas do mundo rural e das atividades agrícolas, no que diz respeito tanto ao consumo das famílias quanto ao consumo produtivo ligado às atividades agroindustriais.

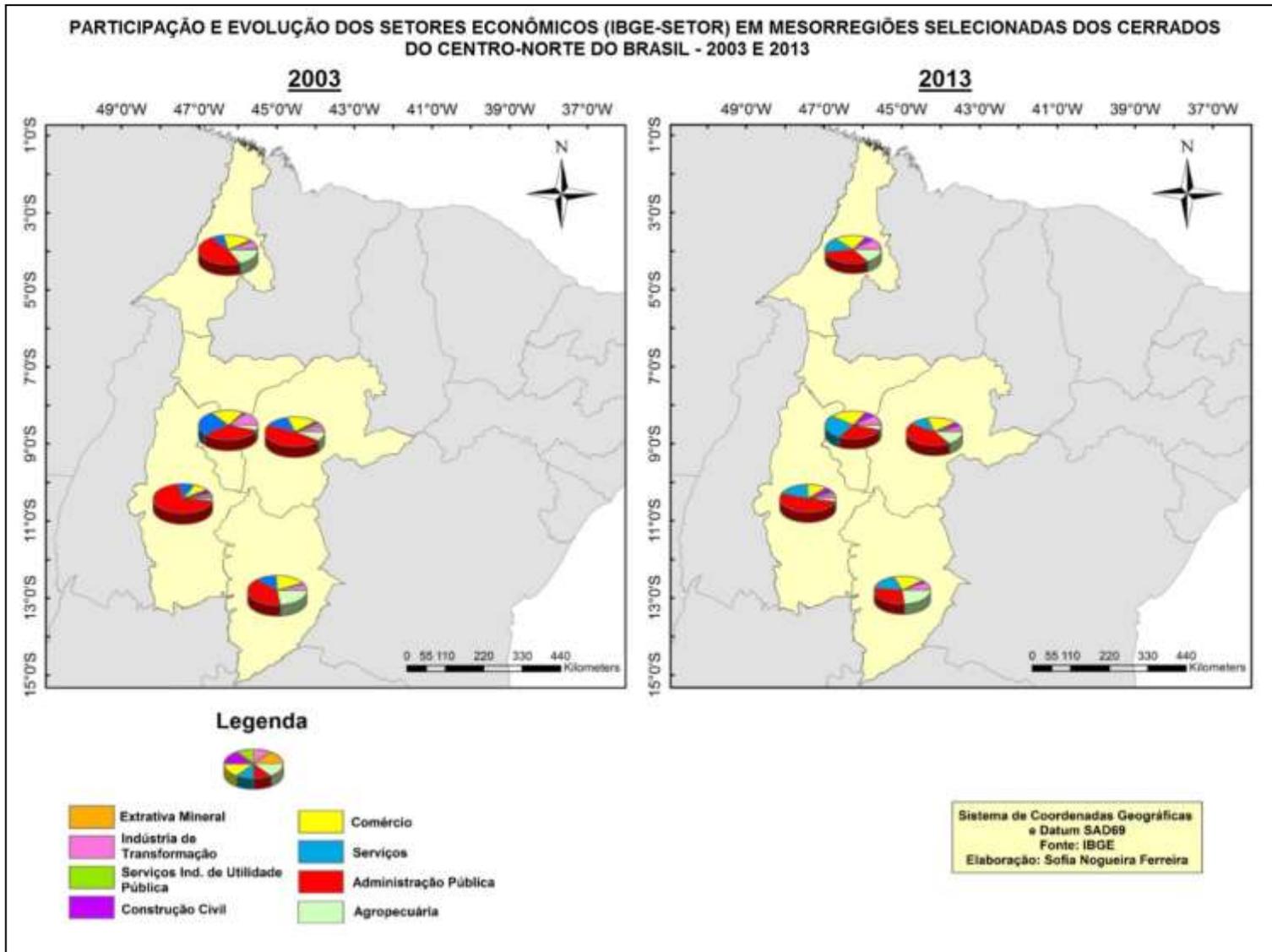
Assim, de acordo com Elias (2006), ocorre, a partir disso, uma intensificação do crescimento da economia urbana de forma distinta do que acontecia até então, destacando-se não somente a expansão dos setores de consumo associados às demandas do agronegócio, mas também, em menor grau, dos setores de consumo consumptivo (SANTOS, 1993), associados às demandas dos migrantes instalados,

que passam a impor seus padrões de consumo às respectivas áreas, às quais se convencionou chamar “cidades do agronegócio” (ELIAS & PEQUENO, 2005, apud ELIAS, 2006, p. 59).

Como consequência desse processo, as cidades do agronegócio vêm experimentando uma intensificação dos problemas urbanos observados, anteriormente, apenas nas grandes cidades, como: aumento da especulação imobiliária e do processo de favelização, insuficiência de infraestrutura social (escolas, creches, postos de saúde) para a população de menor renda, aumento da ocupação nas áreas em situação de risco, congestionamento de veículos nas áreas centrais da cidade devido à movimentação de carga e descarga de caminhões, dentre outros.

Observa-se, portanto, que todo esse processo de mudança econômica, social e territorial observados nesses espaços, é comandado por interesses do capital global, puxado pelo agronegócio, no qual, segundo Mondardo (2010), os sulistas assumem o papel de principais difusores, através de novas territorializações, pelo crescimento do capital agropecuário no campo, e novas territorialidades, pela disseminação (desigual) de um modo de vida urbano, se colocando, muitas vezes, não só como atores da modernização, mas também como detentores do poder econômico e político local.

MAPA 3:



Fonte: Dados obtidos no CAGED – MTE - Elaboração própria.

Observa-se, por meio do mapa acima que o avanço de determinados setores da atividade econômica, com reflexo direto no número de empregos, é bem recente e está em plena evolução.

Embora permaneça como o setor mais expressivo, é bem nítida a diminuição da participação da administração pública, dando lugar ao crescimento dos setores de serviços e comércio, além da construção civil, que teve maior destaque no Maranhão e em Tocantins do que nas demais localidades. Além disso, nota-se ainda um enfraquecimento do setor de indústria de transformação com relação aos demais e a manutenção da participação do setor agropecuário como um dos mais

importantes na composição geral da economia do Extremo Oeste Baiano e do Sudoeste do Piauí.

O aumento da participação dos serviços e comércio na composição geral dos setores é um claro reflexo do processo de modernização agrícola e do crescimento demográfico que a região vem passando ao longo das últimas décadas, induzindo a um fortalecimento de todas as áreas voltadas para atender as demandas da produção e do consumo.

O crescimento da indústria de construção civil também pode ser interpretado como um reflexo desse processo, somado ainda à atração de uma população com elevado poder aquisitivo, gerando, por sua vez, um grande impacto sobre todo setor imobiliário.

No caso Piauí, em cidades como Bom Jesus e Uruçuí, por exemplo, escolhidas como os principais núcleos do sul do estado para a instalação das principais empresas ligadas ao setor agrícola, essas transformações só passaram a ser assistidas a partir da década de 1990, quando o fluxo de novos habitantes passou a ser maior, atraídos pelo avanço da infraestrutura do agronegócio. Hoje, o que se observa nestes locais é um grande crescimento do mercado imobiliário e uma visível especulação fundiária que transformou o comércio da venda de terras urbanas em um negócio extremamente lucrativo, o que revela, mais uma vez, o maior poder aquisitivo destes migrantes que chegam nestas áreas, respondendo, em grande medida, pelo aumento dos preços dos imóveis devido ao poder de consumo mais elevado, o que lhes permite manter um bom padrão de vida nestas cidades, contrastando com o estilo de vida, especialmente, de outros migrantes e/ou trabalhadores rurais locais (ALVES, 2005).

Um outro caso a ser destacado é o do Maranhão, onde a produção em toneladas de soja cresceu anualmente, de 2000 a 2010, cerca de 34%, segundo dados do IBGE (2012). Só na região de Balsas, no sul do estado, esse crescimento foi de quase 40%, o que coloca essa região como a maior produtora dessa cultura, em volume, do estado, passando a concentrar a maior parte dos investimentos voltados para esse setor (empresas, grupos de pesquisa, incentivos fiscais, dentre outros), refletindo o avanço dessa frente modernizadora sobre o espaço agrícola dessa região.

Destaca-se, portanto, que o avanço da fronteira agrícola sobre essa região com a conseqüente chegada de migrantes, especialmente sulistas, especializados no setor agrícola, vem transformando completamente a configuração da economia local e regional e da paisagem, rural e urbana, desta região, se ajustando às lógicas e formas impostas pelo agronegócio, adquirindo novos modos e funções (ALVES, 2014).

Por outro lado, de acordo com Alves (2014), esse processo acaba, muitas vezes, por afetar positivamente a população local, podendo gerar a ampliação de serviços e atividades que, até então, não estavam disponíveis em grande número. Essa evolução pode ser constatada a partir das tabelas abaixo que mostram a evolução do número de empregados em alguns serviços de destaque na região:

Tabela 8 – TRABALHADORES AGRÍCOLAS FORMALIZADOS EM MESORREGIÕES SELECIONADAS DA ÁREA DE ESTUDO											
Mesorregião	Ano										
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Oriental do Tocantins	431	449	474	708	507	632	715	753	800	858	944
Oeste Maranhense	235	134	189	206	181	235	192	237	203	213	220
Sul Maranhense	325	374	404	501	648	897	781	834	1.173	1.496	1.204
Sudoeste Piauiense	301	528	559	485	618	574	930	712	1.254	1.307	1.139
Extremo Oeste Baiano	2.191	2.799	3.440	3.330	4.023	4.312	4.357	4.708	5.303	4.973	4.723

Fonte: CAGED – MTE – Elaboração Própria.

Tabela 9 – PROFESSORES EMPREGADOS NO ENSINO SUPERIOR EM MESORREGIÕES SELECIONADAS DA ÁREA DE ESTUDO											
	Ano										
Mesorregião	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Oriental do Tocantins	538	566	660	745	1.108	945	1.238	1.019	1.079	1.171	1.360
Oeste Maranhense	258	138	166	198	243	315	322	406	486	511	548
Sul Maranhense	3	5	5	4	16	40	42	43	54	52	58
Sudoeste Piauiense	64	131	50	45	126	92	112	104	109	110	191
Extremo Oeste Baiano	59	66	80	129	138	169	202	228	282	274	314

Fonte: CAGED – MTE – Elaboração Própria.

Tabela 10 – TRABALHADORES EMPREGADOS NAS ATIVIDADES DE MECANIZAÇÃO AGROPECUÁRIA EM MESORREGIÕES SELECIONADAS DA ÁREA DE ESTUDO											
	Ano										
Mesorregião	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Oriental do Tocantins	231	379	322	379	403	481	494	563	798	754	883
Oeste Maranhense	146	142	169	150	172	197	176	232	218	260	301
Sul Maranhense	488	578	648	596	881	1.020	903	989	1.125	1.320	1.430
Sudoeste Piauiense	181	345	352	422	494	532	602	694	910	1.069	1.163
Extremo Oeste Baiano	1.072	1.618	1.833	1.939	2.337	2.814	3.075	3.558	4.152	4.217	4.303

Fonte: CAGED – MTE – Elaboração Própria.

Tabela 11 - PROFISSIONAIS EMPREGADOS NA MEDICINA, SAÚDE E AFINS EM MESORREGIÕES SELECIONADAS DA ÁREA DE ESTUDO											
	Ano										
Mesorregião	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Oriental do Tocantins	1.608	2.083	2.633	2.963	3.157	3.147	3.277	1.946	3.521	3.053	3.357
Oeste Maranhense	348	361	396	374	466	699	843	892	1.385	1.725	2.005
Sul Maranhense	59	55	62	155	226	268	343	331	362	366	433
Sudoeste Piauiense	36	43	48	47	109	201	257	285	359	418	538
Extremo Oeste Baiano	173	199	383	350	477	502	550	730	833	876	926

Fonte: CAGED – MTE – Elaboração Própria.

A partir da análise das tabelas acima, constata-se, mais uma vez, que tanto as atividades ligadas ao agronegócio, representadas acima pelos trabalhadores agrícolas e da mecanização agropecuária, quanto àquelas ligadas ao atendimento da população, como os setores de saúde e educação, tiveram, na última década, um crescimento expressivo, atraídos pelo crescimento econômico que a região vem experimentando ao longo dos anos.

Na área de educação, a título de exemplo, é possível deduzir, pelo crescimento de profissionais do ensino superior, que a região tem se destacado pela atração de centros Universitários, como por exemplo, a instalação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), criada em 2013, após desmembramento da Universidade Federal da Bahia (UFBA), se espalhando por cinco municípios, dentre eles Barreiras-BA e Luís Eduardo Magalhães-BA. Além desta, vale citar também a criação, em 2006, do Campus da Universidade Federal do Piauí (UFPI) no município de Bom Jesus-PI, no sudoeste do estado, que, considerando as potencialidades regionais, implantou os cursos de Engenharia Agrônoma, Engenharia Florestal, Licenciatura em Ciências Biológicas, Medicina Veterinária e Zootecnia.³

³ Informações retiradas diretamente dos sites das Universidades mencionadas.

Universidade Federal do Piauí <<http://www.ufpi.br/>>.

Universidade do Oeste da Bahia <<http://www.ufob.edu.br/>>.

No entanto, devido a esta inter-relação cada vez maior entre campo e a cidade, é notório que a maior parte dos serviços e do comércio instalados na região esteja atrelada diretamente às atividades agrícolas e agroindustriais, cuja produção e consumo se dão de forma globalizada.

Empresas como: *John Deere*, *Valtra* e *New Holland* e outras concessionárias de máquinas agrícolas estão espalhadas por toda a região do BAMAPITO, concentradas especialmente em Barreiras-BA e Luís Eduardo Magalhães-BA e Balsas-MA. Além da presença no setor de comércio, essas empresas atuam também na área financeira, oferecendo linhas de crédito para compra financiada de máquinas agrícolas por meio de instituições financeiras coligadas, como, por exemplo, o banco *AGCO Finance*, cujo crédito está sob controle direto e sujeito à aprovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (ARACRI, 2009).

Além desse segmento, outro que é bastante organizado na região Nordeste é o de insumos agrícolas, com destaque para empresas como a *Cargill* e a *Bunge Fertilizantes* (subsidiária do Grupo Bunge). Tais empresas, não somente atuam em seus respectivos segmentos do mercado da soja de outros grãos, como também controlam todo processo produtivo da soja na região, desde a produção até a comercialização, revelando, mais uma vez, a estreita relação entre a agricultura e a indústria (LIMA.; SILVA.; LOCATEL., 2012).

Nesse sentido, constata-se que a etapa da produção agrícola se transforma em apenas mais um elo no processo produtivo, dado a existência, de um lado, de um setor a montante da agricultura (comércio e serviços agrícolas), e de outro, de um setor a jusante (logística do território, que inclui a infraestrutura de armazenamento, transporte e processamento da produção). Dessa forma, percebe-se que existe uma verdadeira fusão do capital industrial, agrícola e financeiro tornando o processo produtivo muito mais complexo, provocando assim, uma profunda reestruturação do território (LIMA.; SILVA.; LOCATEL., 2012).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das questões expostos ao longo do trabalho, pode-se dizer que a política de migrações internas para a região em análise está intimamente associada com a política de localização de oportunidades econômicas, através da geração de oportunidades de emprego e maiores possibilidades de aquisição de terras a preços menores em relação ao Sul do país e as áreas de fronteiras agrícolas mais consolidadas, como a região Centro-Oeste do Brasil.

Além disso, observa-se, pela natureza das firmas que se instalam na região, pela origem do capital investido e pelas formas de organização social que esta reproduz, que se trata muito mais do “Sul” incorporando o “Norte” do que o “Norte” (no caso o Nordeste) se reestruturando num novo patamar de integração regional (HAESBAERT, 1996, p. 387).

Nesse sentido, avalia-se que o processo de especialização e modernização agrícola que se instalou na região dos cerrados nordestinos e de Tocantins, baseado na ciência e na técnica, impõe uma lógica competitiva que propicia a entrada da racionalidade em todas as formas da atividade produtiva. Assim, o capital tecnológico invade o campo e passa a comandar todo o processo produtivo, desde a transformação dos produtos até seu transporte e distribuição, respondendo a um mercado mundial globalizante, que impõe uma série de normas e padrões de modo a assegurar a maior produtividade e rentabilidade possível, gerando, com isso, uma série de novos arranjos espaciais (SANTOS, 1999).

Desse modo, segundo Mondardo (2010), a expansão da agroindústria globalizada não apenas repercutiu na estrutura técnica das suas respectivas atividades econômicas, como também gerou impactos nas relações de trabalho, modificando todo o conjunto de normas e padrões que regulavam tais relações. Como resultado ocorre uma nova divisão social e territorial do trabalho, transformando toda a estrutura demográfica e do emprego, que culminam com um acelerado processo de urbanização. Observa-se, portanto, que existe uma lógica modernizadora hegemonicamente territorializada neste espaço e articulada com a esfera local e internacional, produzindo, a partir disso um *território extrovertido*, apropriado e dominado por atores de fora e vinculado às grandes corporações multinacionais.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO, Rui Britto Álvares & SILVA, Pedro Luis Barros. **Federalismo no Brasil: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/Editora UNESP, 1995.

ALVES, Vicente E. L. **A Expansão da Soja e o Processo de Urbanização nos Cerrados Piauienses**. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. Anais X Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL) "Por uma Geografia Latino-Americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade", 2005. v. 1. p. 1-21.

_____. **"As Novas Dinâmicas Socioespaciais Introduzidas pelo Agronegócio Nos Cerrados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins."** In Bernardes, J. A. & Brandão Filho, J. B. A. (orgs.). *A Territorialidade do Capital*. R. de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

_____. **"A Mobilidade Sulista e a Expansão da Fronteira Agrícola Brasileira"**. *Agrária*, São Paulo, nº.2, 2005, pp.40-68.

_____. *Región Centro-Norte de Brasil: Dinámicas Territoriales Recientes en el Campo y en la Ciudad*. *Cuadernos de Geografía*, v. 23, p. 47-60-60, 2014.

ARACRI, L. A. S. **"A Difusão da Base Técnica da Sojicultura no Cerrado Baiano"**. In Bernardes, J. A. & Brandão Filho, J. B. A. (orgs.). *A Territorialidade do Capital*. R. de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **"Nordeste, Nordestes. Que Nordeste?"** In: AFFONSO, Rui Britto Álvares & SILVA, Pedro Luís Barros. *Federalismo no Brasil: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP/Editora UNESP, 1995.

ARUZZO, R. C. **“O Moderno e o Arcaico no Trabalho na Agricultura Moderna nos Cerrados do Norte e Nordeste do Brasil”**. In Bernardes, J. A. & Brandão Filho, J. B. A. (orgs.). *A Territorialidade do Capital*. R. de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

BAENINGER, Rosana. **Migrações Internas no Brasil no século 21: entre o local e o global**. In: José Marcos Pinto da Cunha. (Org.). *Mobilidade Espacial da População*. 1ed. Campinas: NEPO-UNICAMP, 2011.

BECKER, B. K. **Significado Atual da Fronteira: Uma Interpretação Geopolítica a partir da Amazônia Brasileira**. In: Aubertin, C.. (Org.). *Fronteiras*. Brasília: UNB/ORSTOM, 1988, v., p. 60-89.

BERNARDES, J. A. & BRANDÃO FILHO, J. B. A. (orgs.) **A Territorialidade do Capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

ELIAS, D. **“Agronegócio e desigualdade sócio-espaciais.”** In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (org.) *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas sócio-espaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

GIORDANO, R. S. **Competitividade Regional e Globalização**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

HAESBAERT, R. **Gaúchos e Baianos No Novo Nordeste: Entre A Globalização Econômica e A Reinvenção das Identidades Regionais**. In: Iná de Castro; Roberto Lobato Correa; Paulo Cesar Gomes. (Org.). *Brasil: Questões atuais sobre a organização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 362-403.

LIMA, F. L. S.; SILVA, C. C. L.; LOCATEL, C. D. **Modernização seletiva da agricultura: o avanço do agronegócio da soja no Sul do Maranhão**. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012, Uberlândia. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012.

MARTINE, George. **“A evolução espacial da população brasileira”** In: AFFONSO, Rui Britto Álvares & SILVA, Pedro Luís Barros. Federalismo no Brasil. Desigualdades Regionais e Desenvolvimento. São Paulo: FUNDAP/Editora UNESP, 1995.

MATOS, Ralfo. **“Fluxos Migratórios Regionais no Brasil Contemporâneo: descrição e análise.”** In. Maria F. Gonçalves, Carlos A. Brandão e Antônio C. Filgueira Galvão (org.) Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões. São Paulo: Ed. UNESP e ANPUR, 2003.

MONDARDO, M. L. **Da migração sulista ao novo arranjo territorial no Oeste Baiano: "territorialização" do capital no campo e paradoxos na configuração da cidade do agronegócio.** Campo - Território, v. 5, p. 259-287, 2010.

_____. **Nova agricultura, novo território: mobilidade sulista e desterritorialização no Oeste Baiano.** In: Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre. Crises, Práxis e Autonomia: Espaços de Resistências e de Esperança. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010. v. XVI.

MOTA, F. L.; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **O rural e o urbano como produto do agronegócio em Balsas/MA.** In: V Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais. 2009, Santa Maria- RS. V ENGRUP - GPET, 2009. p. 01-12.

MUNIZ Filho, A.; RIOS Filho, J. N. V. **A Revalorização Econômica Do Oeste Baiano a partir da expansão da agricultura moderna e o surgimento de um novo território: o município de Luís Eduardo Magalhães BA.** Revista Pegada Eletrônica (Online), v. 09, p. 01-15, 2008.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura Brasileira Transformações Recentes.** 1996 In: Jurandyr Luciano Sanches Ross. (Org.). Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 2011. 6 ed.

PIMES. **“A política de migrações internas”** In: Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro. Recife: SUDENE, 1984. Vol. 4.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

Sites Consultados:

CAGED – Ministério do Trabalho e Emprego: <http://portal.mte.gov.br/caged/>

IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/>

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia:

<http://www.sei.ba.gov.br/>